



MPALABANDA - ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE CABINDA

4º Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos em Cabinda

Cabinda, entre a Verdade e a Manipulação

2005

Cabinda, 4 de Abril de 2006

Patrocínio: Open Society

ÍNDICE

PREFÁCIO-----	2
INTODUÇÃO-----	4
RECOMENDAÇÕES-----	6
HOMICÍDIOS E EXECUÇÕES SUMÁRIAS OU EXTRAJUDICIAIS-----	8
PRISÕES ARBITRÁRIAS, TORTURAS E TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES-----	12
VIOLAÇÕES, CASAMENTOS FORÇADOS E ESCRAVIDÃO SEXUAL-----	26
OUTRAS VIOLAÇÕES-----	26
VIOLAÇÃO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO-----	28

PREFÁCIO

Depois das atrocidades das duas Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945) que trouxeram à escala mundial a dura realidade da ferocidade e da crueldade humana, o mundo ganhou uma nova sensibilidade pelos direitos humanos. Estes ultrapassaram as fronteiras nacionais e foram internacionalizados. Noutros termos, deixaram de ser competência exclusiva de Estados singulares. A comunidade internacional foi criando para tal alguns instrumentos jurídicos internacionais com os respectivos mecanismos de controle e de prevenção. O acto mais singelo desta nova sensibilidade mundial pelos direitos humanos foi a proclamação da Carta Magna dos direitos humanos, a 10 de Dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Diga-se em abono da verdade que este foi um marco importantíssimo na luta pela preservação dos direitos mais lúdicos de todos os homens e mulheres, de todas as latitudes da orbe terrestre. A partir de então esse documento passou a inspirar muitas constituições dos Estados modernos e a problemática dos direitos humanos deixou de ter bandeira, raça, credo religioso ou partido político. Tratando-se de algo tão transcendental para a existência humana no mundo, os direitos humanos estão inexoravelmente acima de tudo isto. É um assunto de interesse mundial. Por isso, quando as organizações internacionais que se batem neste campo intervêm com relatórios sobre o estado dos direitos humanos em qualquer país do mundo, não faz qualquer sentido falar em “ingerência” nos assuntos internos ou recorrer ao princípio da soberania. Este é o mecanismo de defesa que vários governos utilizam quando está em causa a sua responsabilidade diante das denúncias de abusos dos direitos humanos. É o caso do governo de Angola. Este nunca aceitou dar a mão à palmatória mesmo quando as provas são tão evidentes.

Sai a público o 4º relatório do estado dos direitos humanos no Enclave de Cabinda. Trata-se de um trabalho aturado e abnegado dos activistas cívicos da Mpalabanda-ACC. Não nos motiva qualquer tipo de propaganda contra o governo de Angola e seus órgãos militares e para-militares, tão-pouco qualquer veiledade provocatória. Animam-nos apenas propósitos humanistas e altruístas baseados na dignidade da pessoa humana e na sacralidade e intangibilidade da vida. Estes são valores supremos e universais que estamos determinados a defender a todo o custo, mesmo com as perseguições, detenções arbitrárias e intimidações que nos são movidas amiúde pelo regime. Os relatórios já publicados, malgrado o clima de tensão provocado pelos mesmos entre o governo angolano e a Mpalabanda, tiveram ao menos o condão de ser um alerta junto da comunidade internacional sobre o drama silenciado de Cabinda. É assim que atraímos a atenção de algumas organizações internacionais e personalidades político-diplomáticas que têm estado a

contactar-nos e a visitar-nos com certa assiduidade. Destacamos aqui a visita da Representante Especial do Secretário Geral da ONU para os defensores dos direitos humanos, a senhora Hina Jilani, no ano 2004. Por outro lado, o relatório do Departamento de Estado americano sobre o estado dos direitos humanos no mundo, em 2004, tornado público o ano passado, citava largos extratos do nosso relatório passado, depois de terem estado por cá personalidades americanas para constatar o nosso trabalho in loco.

Internamente, embora com algum confrangimento, algumas vezes oficiais do governo angolano já vão mostrando timidamente alguma preocupação pelo problema. Ultimamente – ironia do destino – o governo quer chamar a si a responsabilidade de elaboração de um relatório nacional sobre o estado dos direitos humanos em Angola à luz de algumas convenções internacionais. Para o efeito, o MIREX está a organizar seminários para os membros do aparelho governamental que vão intervir na identificação de supostos casos. Entretanto, na prática estão apenas preocupados em lavar a imagem do governo ou das FAA e nada fazem para pôr cobro à situação deplorável de violação sistemática dos direitos humanos em Cabinda e noutras paragens de Angola. A prova disto é a absoluta impunidade dos autores dos crimes denunciados nos nossos relatórios e o encobrimento e silenciamento deliberado de casos até flagrantes do domínio público pela comunicação social estatal que ainda continua a ser refém da ditadura partidária e do SINFO.

Não nos baseamos em alegações, mas trazemos factos com a identificação das vítimas e dos algozes, respectivas circunstâncias das ocorrências denunciadas e datas precisas. Algumas vítimas são ainda contactáveis. Quase todos os casos foram inquiridos no terreno com os devidos cuidados. Portanto, os casos duvidosos foram postos de parte; aqui vão apenas os casos que foram confirmados pelos nossos activistas.

Dedicamos este trabalho à memória das vítimas, presentes e ausentes, clamando ao mundo ao menos uma nesga de justiça e de solidariedade.

Tchowa, 04 de Abril de 2006.

P. Doutor Raul Tati

Assessor da MACC

INTRODUÇÃO

Em Dezembro de 2002, a Comissão ad-hoc para os Direitos Humanos em Cabinda e a Open Society publicaram '**Terror em Cabinda**', o 1º relatório sobre a violação dos direitos humanos no território. Em 2003, a mesma parceria divulgou o 2º relatório – '**Cabinda 2003 - Um Ano de Dor**'.

No ano seguinte, a Associação Cívica Mpalabanda deu continuidade ao trabalho, com a publicação de '**Cabinda - O Reino da Impunidade**', relativo a 2004. Nesta óptica, sai agora a público o 4º relatório, '**Cabinda - Entre a Verdade e a Manipulação**' sobre os factos registados em 2005.

Este relatório demonstra que, a despeito da mobilização da sociedade em prol dos direitos humanos e da denúncia sistemática das suas violações, estas continuam a registar-se com uma certa frequência e normalidade.

Sempre que se fala de violações dos direitos humanos em Cabinda, levantam-se vozes (aparentemente) indignadas e revoltadas do Governo Angolano a repudiar e tentar desmentir os factos, imputando-os à fértil imaginação dos redactores e editores dos relatórios. Não contentes com a sua própria reacção, mobilizam ainda forças e individualidades sinistras para elevarem o mesmo coro de (fingida) repulsa e veemente condenação. Mas organizações idóneas e credíveis ou personalidades isentas e sérias que se interessaram por esta questão e averiguaram os factos, chegaram à conclusão de que eles são verídicos e representam apenas a parte emersa do iceberg.

A persistência dessas violações significa que elas fazem parte da estratégia do Governo Angolano para vencer a guerra que faz em Cabinda contra o Povo Binda: impor o medo para desmobilizar os resistentes, privando-os do apoio e da confiança do povo.

Na verdade, há uma distância abismal e uma contradição flagrante entre o discurso, as declarações e promessas do Governo da República de Angola em matéria de democracia e direitos humanos e a sua prática quotidiana em Cabinda.

Este relatório ajuda a manifestar essa contradição e política de hipocrisia, consistindo apenas em *fazer crer e fazer de contas*. Mas a realidade é diferente: Ela identifica-se com os factos descritos neste relatório.

O mais importante não é a estatística, mas a prática. Na verdade, a investigação dessas violações tem-se tornado cada vez mais difícil, ficando, por isso, muitos factos no desconhecimento e não figurando, por tal motivo, neste relatório.

O trabalho ora apresentado é o possível, não o ideal, nem o desejável. Não é, e nem pretende ser uma obra perfeita. Quer-se apenas um modesto contributo à causa dos direitos humanos, da verdade e da justiça.

Uma vez mais convidamos aqueles que teimam em manter os olhos fechados a abri-los; os que dormem a acordarem; os descrentes a acreditarem para que, todos juntos e mobilizados em prol da dignidade humana, nos levantemos para pôr cobro à situação de crimes e violações apresentada neste relatório. Se não houver acção urgente e enérgica, um dia não muito distante, aperceber-nos-emos que já será demasiado tarde para agir e impedir o facto consumado.

O genocídio do Rwanda ou da ex-Jugoslávia e outros dos piores crimes que a humanidade conheceu podiam (e deviam) ser evitados. Aconteceram apenas porque houve muita hesitação, falsos respetos humanos e uma inaceitável *não ingerência* em questões que pareciam não ser do interesse do Homem.

Vamos agir antes que seja demasiado tarde.

RECOMENDAÇÕES

1- Ao Governo da República de Angola:

- A garantir a segurança, a liberdade e a integridade física das pessoas, respeitando a sua identidade e as suas aspirações legítimas.
- A proclamar pública e oficialmente o seu compromisso para o diálogo e a abertura de negociações sérias, abertas e transparentes para o fim da guerra e o restabelecimento da paz em Cabinda.
- A tomar as medidas necessárias à investigação, instrução e punição dos crimes de guerra e de violação dos direitos humanos denunciados neste relatório.
- A respeitar e dar reconhecimento devido às Associações dos direitos humanos para que não encontrem entraves na realização das suas actividades.

2- Às FAA – Forças Armadas Angolanas:

- A porem termo às violações dos direitos humanos e a respeitarem o Direito Internacional Humanitário.
- A libertarem os civis presos nas unidades militares e a acabarem com a repressão e o massacre de civis inocentes.
- A disciplinarem os seus efectivos, punindo severamente os indisciplinados e violadores dos direitos humanos.
- A acabarem com as prisões ilegais e arbitrárias, pois não compete aos militares exercerem acções e competências da Polícia ou dos Tribunais.

3- À Polícia Nacional

- A assumir o seu papel de protector das populações em vez de espalhar a intimidação e o terror, prendendo indiscriminadamente os cidadãos, sobretudo os defensores dos Direitos Humanos, como se de reles criminosos se tratasse.

4- À FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda:

- A reafirmar a sua fé no diálogo e a sua predisposição a uma solução política do problema de Cabinda.

- A engajar-se seriamente no abandono da violência armada como meio de atingir os seus objectivos políticos, dando assim um sinal de boa vontade para criar um ambiente propício às negociações em vista com o governo.

À Comunidade Internacional:

- A colaborar na criação duma comissão de inquérito internacional para investigar as violações dos direitos humanos em Cabinda.

- A quebrar o silêncio cúmplice e irresponsável e a empenhar-se na criação das condições que garantam a paz e o respeito pelos direitos humanos.

- A pressionar o governo de Angola, através dos meios diplomáticos, a pôr fim à guerra e a respeitar as convenções internacionais sobre os direitos humanos de que é signatário.

I

HOMICÍDIOS E EXECUÇÕES SUMÁRIAS OU EXTRAJUDICIAIS

- **12 de Fevereiro de 2005** - Pelas 12:00 horas, sob a ameaça de uma arma de guerra AKM, **José Francisco Paca**, (ao centro), de 23 anos, e



- **João Oscar Bungo**, de 29, foram detidos por João Baptista Manuel, um oficial da Polícia de Fronteiras. Algemados, foram postos na bagageira dum automóvel e levados ao Estado Maior da Policia Fronteira, no Ntó.

Naquela unidade policial, perante centenas de agentes, o oficial acusou os detidos de serem colaboradores da FLEC. Ordenou que fossem despidos, amarrados a uma mangueira e espancados. A verdadeira razão dos maus tratos parece, contudo, ter sido outra: os jovens teriam burlado o oficial da policia num negócio envolvendo cerca de USD 3.500. Para os detidos, a motivação era apenas política.

A sessão de tortura começou às 13:00 horas e prolongou-se até às 20:00, com algumas paragens. Enquanto uns espancavam e espetavam agulhas,

outros entornavam água sobre os suplicados, como forma de reanimá-los para outras sessões de torturas. Após uma pausa de cerca de uma hora, o espectáculo recomeçou tendo continuado até às 3:00 da madrugada, altura em que **José Paca** desmaiou e foi levado ao posto médico da unidade. Apesar dos esforços feitos para reanimá-lo, o jovem não recuperou e acabou por morrer.

Ao amanhecer, os polícias soltaram **João Bungo** (foto a seguir),



convencendo-o de que o seu colega **Paca** fora levado ao hospital e que se encontrava bem. Quando chegou à casa, informou a família. Esta, ao constatar que o seu parente não estava no hospital, colocou o problema à Investigação Criminal de quem não teve qualquer satisfação.

Alguns activistas de direitos humanos da Mpalabanda e um jornalista começaram a investigar o caso, tendo sido informados, por fonte segura e fidedigna, que o jovem sucumbira às torturas e fora enterrado nos arredores do Chiweca, bairro periférico da cidade de Cabinda.



Graças às informações reunidas, o corpo de **José Francisco Paca** foi encontrado dois dias depois (foto acima).

- 01 de Março de 2005 – Chamava-se em vida **Rogério Nhimi** (na foto),



de 25 anos idade, filho de Tomás Nhimi e de Beatriz Massanga, natural de Caio-Lite (Buco-Zau), Bata-Manga, e **Silvestre Qitembo**, de 29 anos, filho de Patrício Mavungo e de Madalena Bueia, natural de Cata Buanga III, Buco-Zau. Nesse dia, **Rogério Nhimi**, serrador artesanal de madeira, despediu-se do seu ajudante e foi à mata onde ambos trabalhavam. Pediu-lhe que o seguisse quando regressasse da sede do município, aonde ia.

O ajudante assim fez. Ao regressar de Buco-Zau, seguiu-o ao local combinado mas, chegado aí, não o encontrou. Regressou à aldeia e avisou a família. Esperaram por ele até ao fim do dia, mas não regressou. Preocupados, os familiares avisaram o coordenador da aldeia do que se passava. Conversavam com o coordenador da aldeia quando apareceram também os familiares do **Silvestre Qitembo**. Estes, como os primeiros, iam comunicar a sua falta. Despedira-se deles de manhã, ao sair para a sua lavra, mas não regressara à hora anunciada. Notando o atraso, foram procurá-lo à lavra onde fora, mas não o encontraram. Por isso, decidiram avisar o coordenador.

Dado o adiantado da hora, o coordenador aconselhou-lhes calma e pediu-lhes que voltassem às suas casas. No dia seguinte, o coordenador foi à vila do Buco-Zau e comunicou o facto ao Comandante das FAA, Brigadeiro Kaluassi, na altura, comandante da zona militar Maiombe, e ao director municipal dos Serviços de Informação (Sinfo). O Brigadeiro mandou-lhe regressar à aldeia e prometeu averiguar o caso junto dos seus militares, com vista a um possível esclarecimento.

Na tarde do dia 02 de Maio, o coordenador, os familiares dos malogrados e os jovens do Bata-Manga, em peso, reuniram-se todos defronte da casa do Comandante das FAA daquela área. Houve uma grande discussão entre os civis e os militares. No dia 03, o Comandante das FAA organizou uma equipa de militares, acompanhados dum elemento da saúde e de alguns populares para irem à procura dos corpos. Sabia-se então que os desaparecidos tinham sido presos por militares da FAA da unidade de

Quissamano. Apesar de tudo, naquele dia não houve nenhum resultado. Finalmente, no dia 5, os corpos dos infelizes foram encontrados já em estado de putrefacção.

- **14 de Abril de 2005** - Por volta das 14:00 horas, **Laisa Amélia Alexandre**, de três meses de idade, filha de António Alexandre e de Perpétua António, foi morta na aldeia de Malembo por militar da Marinha de Guerra de Angola, conhecido por Duduya. Este passava perto da casa onde a criança dormia no seu berço, quando, inesperadamente, o militar entrou, pegou a criança e atirou-a violentamente contra a parede da casa. A criança teve morte imediata. A mãe que se encontrava na parte traseira da casa envolveu-se sem medo com Duduya e a polícia acudiu tendo deixado o militar em paz.

- **24 de Junho de 2005** - **Paula Conde Quebola**, natural de Cabinda, de 28 anos de idade, filha de Filomão Quebola e de Catarina Malonda, foi baleada por um agente da Polícia Nacional conhecido por Zenga Mambo, pertencente à Esquadra do Bairro 1º de Maio. Este mandou parar um táxi, mas o taxista não parou. Furioso, o polícia disparou contra ele, mas a bala atingiu a senhora Quebola e a sua filha Suzana Malonda, de 3 anos de idade, provocando a morte de ambas.

- **14 de Agosto de 2005** - **Gabriel Baza**, de 54 anos de idade, filho de Paulo Bumba e de Cecilia Suami, natural de Chivolo, Buco-Zau, foi à lavra a 600 ou 700m da aldeia, em busca de um cacho de bananas. Surpreendido por um grupo de militares das FAA chefiado pelo Tenente Salvador, foi levada para as áreas do Catabuanga, onde foi morto. O seu corpo foi encontrado dias depois, já em estado de putrefacção.

- **17 de Agosto de 2005** - **Paulo Macaia**, (na foto em vida com a sua filha)



de 48 anos de idade, filho de Pedro Tati e de Rebeca Miuela, natural de

Micumá II, foi à lavra, com as suas duas mulheres, em busca de produtos alimentícios. Depois disto, as mulheres voltaram à casa e ele foi ver as suas armadilhas. Paulo foi então surpreendido por militares das FAA. Estes agarraram-no e começaram a espancá-lo. Ele pôs-se a chorar e a gritar. Alguns minutos depois, soaram dois tiros.

Dois dias depois, o Paulo foi encontrado morto, amarrado a uma árvore, todos membros fracturados com os intestinos extirpados. (foto abaixo)



Foi enterrado no dia 19, pelas 22:00 horas.

- **06 de Setembro de 2005 - Mateus Chiembo**, solteiro de 25 anos de idade, filho de Mateus Chiembo e de Alice Lumingo, natural de Bata Manga, (Bucu-Zau) era professor da 3ª classe na aldeia de Luveche. Na manhã desse dia, foi à aldeia leccionar, mas não encontrou os alunos. Pediu então ao coordenador da aldeia que comunicasse aos alunos que no dia seguinte (07 do mesmo mês) haveria aulas. Depois da conversa com o coordenador, despediu-se e dispôs-se a regressar à sua aldeia (Mbata Manga), pelo troço que liga o Chivolo a Kissamano. Pelo caminho, deparou-se com um grupo de militares das FAA. Foi por eles detido e levado para uma mata longínqua, onde foi morto. Segundo a testemunha, que pediu o anonimato, a área onde foi preso e morto está sob o controlo total das FAA. Há anos que não se regista qualquer movimento dos guerrilheiros da FLEC naquelas paragens.

- **16 de Novembro de 2005** - Pelas 19:50 horas, **Nguimbi Nganga (Donat)**, de 33 anos de idade, filho de Nganga Pindi e de Mbumi Mayela, natural da República Democrática do Congo, vendedor de cimento na Rua das Forças Armadas (praça Manuel da Eira), foi morto por um militar das FAA, um comando caçador conhecido por Bibilay, quando passava em frente do bar Rachidi.

Este acto ocorreu na sequência duma confusão que havia dentro do bar entre o militar e um civil. Bibilay, que não queria perder mais tempo na discussão, entendeu resolver definitivamente o problema dizendo ao civil: «**Vou te matar!**». Acto contínuo, puxou a pistola e fez dois disparos. Ao invés de atingir o seu contendor, as duas balas apanharam o Donat, que regressava do culto.

Ao aperceber-se do sucedido, Bibilay pôs-se em fuga, tendo sido preso nas áreas do Cacongo, quando pretendia retomar a sua base militar no Maiombe (Buco-Zau).

II PRISÕES ARBITRÁRIAS, TORTURAS E TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES.

- **29 de Novembro de 2004** - Pelas 17:00 horas, **Luís Zau**, solteiro, maior, de 22 anos de idade, filho de Luís Zau e de Ana Sila, caiu nas mãos dum militar das FAA no Caio Guembo (Miconje), o qual, sob a ameaça duma arma de guerra, coagiu-o a dar-lhe dinheiro. Temendo pela sua vida, puxou os 1.500 Kz (cerca de 17 dólares americanos) que tinha no bolso e entregou-os ao soldado. Mas este queria mais cem (100) Kwanzas. O Luís disse-lhe que não tinha mais dinheiro. Contrariado, o militar manipulou a arma e atirou à sua perna direita. Este cidadão foi socorrido no Hospital Municipal de Buco-Zau, onde foi encontrado e identificado no dia 5 de Dezembro, com o pé envolto em ligaduras e imobilizado.

- **20 de Dezembro de 2004** - Pelas 8:00 horas, **Marcos Sango**, de 42 anos de idade, filho de Marcos Lutumbo e de Alfonsina Macaia, natural de Mbitina (Miconje- Belize) e o seu amigo **Solasse**, acusados de serem guerrilheiros da FLEC, foram espancados por militares das FAA e obrigados a beber meio litro de caparoto (aguardente de fabrico artesanal) cada um, depois foram soltos na tarde daquele mesmo dia.

- **13 de Fevereiro de 2005** - Às 22:15 horas, **Bernardo António Luemba**, nascido aos 16 de Outubro de 1981, filho de Alexandre Pereira e de Cecília Maria das Dores, residente na aldeia de S. Pedro, estava acompanhado da sua amiga Sãozinha, quando foi abordado por um militar das FAA. Perguntou-lhes donde vinham e respondeu-lhe que vinham da casa dum vizinho, onde tinham estado a assistir a um jogo de futebol. O militar disse mais algumas palavras que ele não entendeu. De repente, a sua amiga gritou, dizendo-lhe que o militar empunhava um punhal. Sem hesitar, o agressor atacou, atingindo-o nas costelas e no abdómen, próximo do diafragma. Iniciou-se assim uma luta desigual, tendo conseguido desarmá-lo. Mas perdeu muito sangue e não suportou mais as dores, tendo desmaiado.

Socorrido e transportado ao Hospital, foi operado de imediato.

- **03 de Março de 2005** - Às 19:00 horas, **Zacarias Gomes**, também conhecido por **Na Ntona**, de 50 anos de idade, natural de Mongo-Conde (Belize) e residente naquela mesma aldeia, foi preso na sua residência por militares das FAA. Levado à unidade militar do Ntoco Nsiala, foi espancado. Dias depois, acusado de colaborar com os guerrilheiros da FLEC, **Na Ntona** foi transportado à unidade de Loma, na vila de Buco-Zau, onde foi dado como desaparecido involuntário. Passado mais de um ano, até à data da

publicação deste relatório, Zacarias Gomes nunca mais foi visto nem se soube o seu paradeiro. Presume-se que tenha sido morto pelos seus raptos.

- **4 de Março de 2005** - Pelas 10:00 horas, **José Luís Sambo**, de 29 anos de idade, filho, de Gabriel Dungo e de Imaculada Vumbi, natural de Fútila (Cabinda), foi alvejado por Gegé, agente da Polícia Nacional colocado no Comando Municipal de Cabinda.

- **14 de Março de 2005** – Acusado de colaborar com os guerrilheiros da FLEC pelo regedor de Panga-Mongo, Simão Luemba, e pelo enfermeiro, **João Pedro Mavungo**, de 40 anos de idade, coordenador de Sevo de Buala, pai de 6 filhos e esposo da senhora Cecília Nsuami, foi preso por militares das FAA e levado para a aldeia de Panga-Mongo. Foi submetido a vários interrogatórios e mantido preso naquela unidade por alguns dias.

- **22 de Março de 2005** – Cerca das 17:00 horas, o camião de marca Mercedes Benz, matrícula CBA-37-30, que ia do mercado da fronteira de Chimbuande à cidade de Cabinda chegou ao Luavo, no desvio de Calicante.

Chegados a esse ponto, um militar das FAA que tinha subido no camião sem o conhecimento do motorista, no desvio de Cinto-Macanda, num momento em que todos os passageiros deviam descer, mandou parar o carro. Como o motorista não parasse logo, por não se ter apercebido do que se passava, pulou do veículo e, a seguir, fez dois disparos contra o camião. Feriu duas senhoras que lá se encontravam: **Suzana Simba**, solteira, natural de Cabinda e residente no Lombo-Lombo, filha de Jerónimo Nduli e de Ana Nduli, atingida na planta do pé; e **Suzana Buanga**, solteira, natural de Tando-Zinze e moradora no Bairro Comandante Gika, filha de Bernardo Sungo e de Josefina Pemba, que apanhou uma bala entre a tibia e o perónio.

Ambas as vítimas estiveram hospitalizadas no Hospital Central de Cabinda.

- **25 de Março de 2005** – Era por volta das 15:00 horas. **Paulo Macaia**, de 23 anos de idade, natural de Cabinda e residente no bairro do Chiweca, filho de António Paulo e de Maria Cula, encontrava-se no mercado de São Pedro quando se deparou com 5 militares armados. Sem nenhuma explicação e sem qualquer razão ou pretexto plausível, aproximaram-se dele, apoderaram-se dos artigos de consumo que trazia consigo e começaram a espancá-lo, utilizando com um cinto militar, causando-lhe ferimento na zona da clavícula.

- **31 de Março de 2005** - **Rafael Puati**, de 43 anos de idade, natural de Tando Macucu, pai de 6 filhos, foi preso por militares das FAA em sua casa, na aldeia do Tando Macucu, por volta das 6:00 horas, e levado à unidade do Panga-Mongo, sob a responsabilidade do capitão Massiala. Depois foi transferido para a comuna do Necuto e dali levado ao Bucu-Zau. Era acusado de colaborar com os guerrilheiros da FLEC.

- **1 de Abril de 2005 – Rafael**, de 28 anos de idade, foi preso por militares das FAA na aldeia de Tando Macucu, sob o pretexto de ser colaborador dos guerrilheiros da FLEC. Foi espancado, manietado e levado à unidade de Necuto. No dia seguinte, foi transferido para a sede do município - Buco-Zau, onde permaneceu em detenção por muito tempo, sem contacto com a família.

- **6 de Abril de 2005 - José Manuel Ganga**, filho de Imaculada Itula, natural de Cabinda e morador da aldeia de Ngoio, foi preso e torturado por militares das FAA pertencentes à 2ª Brigada de Infantaria Motorizada do Ntó. Acusavam-no de ter morto um dos seus companheiros de armas, o Tenente Candimba, seu inquilino. Este foi encontrado morto a 5 metros do quartel da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada do Ntó, no dia 6 de Abril, pelos seus camaradas. O pretexto da acusação era o facto de, no dia 3, o civil ter advertido o inquilino que devia libertar a casa por ele arrendada.

Depois dessa advertência, o tenente Candimba foi à sua unidade e não regressou à casa, nos dias 4 e 5, tendo sido encontrado morto na manhã do dia 6. O Manuel, que passara a noite de 5 para 6 na cidade, foi preso por um grupo de militares munidos de catanas e facas ao regressar à aldeia na manhã do dia 6. Depois de preso, foi levado ao lugar onde fora encontrado o corpo do Candimba. Espetaram-lhe baionetas nos braços. Perante a ameaça de morte que corria, Francisco Vicente, coordenador da aldeia do Ngoio, interveio e o infortunado foi levado à 2ª Brigada de I. M. do Ntó. No mesmo dia, a aldeia ficou deserta. Os aldeões só voltaram às suas casas no dia seguinte. Depois de prenderem o Manuel, os militares destruíram a sua casa e saquearam os seus bens. O Manuel ficou preso e sem tratamento naquela unidade militar.

- **26 de Abril de 2005 - Carlos Bancoca**, de 40 anos de idade, filho de Rafael Madeca e de Jacobel Mabuela, natural de Cabinda, residente no bairro 4 de Fevereiro, foi à aldeia de Micuma I (Buço-Zau), por questões de óbito. Foi preso por 2 militares das FAA na casa dos sogros, onde estava hospedado, acusado de ser militante da FLEC. O coordenador da aldeia, João Mombo, e o seu conselheiro, Alfredo Muanda, foram chamados e presos também. Juntamente com Carlos Bancoca, foram levadas à unidade militar de Micuma II, aldeia vizinha, outras 16 pessoas, todas residentes nas proximidades da casa do sogro do Bancoca. No dia seguinte, soltaram as restantes 16 pessoas e levaram os três (Bancoca, Mombo e Muanda) para o Buco-Zau, à unidade de Loma, onde foram submetidos a interrogatórios, após o que foram soltos.

As 16 pessoas arbitrariamente presas são: César Mbembi, Marcos Lúbuca da Costa, Paulo Mabilia, Tomás Sango, Agostinho Manhata (mudo), Afonso Mabilia, Catarina Gombi, Dorcas Pambo, Suzana Suami, Isabel Pemba, Alice Sunda, Paula Sunda, Rosa Margarida Tula, Damalia Luvuno, Madalena Nilda Buanga e Maria Muanga

- **26 de Abril de 2005** - Pelas 9:00 horas, **Margarida Bumba**, filha de Tiago Chicaia e de Rosária Zinga, solteira, de 39 anos de idade e mãe de 7 filhos, natural de Chaca, município de Buco-Zau, e ali residente, acusada de colaborar com os guerrilheiros da FLEC, foi presa pelo comandante Gindungo das FAA e levada para parte incerta. Permaneceu cerca de dois meses na mata, na companhia dos militares, tendo sofrido torturas e maus tratos. A 29 de Junho, foi solta e fixou residência na sede do município de Buco-Zau.

- **1 de Maio de 2005** - **Paulo Macaia**, de 38 anos de idade, filho de Macaia Paulo e de Maria Macosso, natural do Tando-Caio, Buco-Zau, e residente no Bairro Amílcar Cabral, nos arredores da cidade de Cabinda, foi à aldeia de Bêmbica à busca de medicamentos tradicionais. Preso por militares das FAA, foi espancado com tanta violência que sangrava dos ouvidos, das fossas nasais e da boca. Acusado de ser membro da Associação Cívica Mpalabanda e de colaborar com guerrilheiros da FLEC, foi depois transferido à unidade militar das FAA no Necuto, onde permaneceu preso durante duas semanas, tendo sido solto a 16 de Maio.

- **10 de Maio de 2005** - Por volta das 11:15 horas, **Afonso Tiago**, de 56 anos de idade, filho de Tiago Brás e de Madalena Pemba, natural de Chaca e residente naquela aldeia do município do Buco-Zau, foi preso por militares das FAA, acusado pelo coronel Gindungo de colaborar com os guerrilheiros da FLEC. Espancado sem dó nem piedade, no dia seguinte foi transferido à unidade militar de Loma (vila de Buco-Zau), onde permaneceu quatro meses e três semanas!

- **11 de Maio de 2005** - Pelas 3:00 horas da madrugada, **Luís Bula** (Tira Dúvida), de 50 anos de idade, ex-guerrilheiro da FLEC, chegado à Cabinda uma semana antes, após ter abandonado a guerrilha por motivos de saúde, foi preso na companhia da sua esposa Beatriz, na residência desta, no Povo Grande (arredores da cidade de Cabinda). Depois de presos, foram espancados e torturados, e em seguida levados para lugar incerto.

- **26 de Maio de 2005** - Pelas 14:00 horas, **Afonso Oyo**, de 57 anos de idade, filho de Tiago Chicaia e de Rosária Zinga, natural de Chaca e morador na mesma aldeia, regressava à sua casa, saído de Buço-Zau, quando foi preso por um grupo de militares das FAA, destacados no Mbuda. Depois de espancado, ficou amarrado durante 24 horas, tendo contraído graves lesões. Foi solto no dia seguinte e mandado para casa, fraco e doente.

- **19 de Junho de 2005** - **Pedro Cláver**, de 37 anos de idade, filho de Tiago Duli e de Sofia Chiloca, natural de Icaso (Município de Cacongo), residente no Icaso, acusado de ser um guerrilheiro da FLEC, por um comandante das FAA, no Bitchequete, foi interpelado e levado à unidade militar do Dinge, onde passou uma noite em péssimas condições. No dia seguinte, foi transferido ao Comando da Região Militar, em Cabinda. Dois dias depois, foi internado na Cadeia Civil, onde passava as noites, sendo levado ao Comando da Região durante o dia, para interrogatórios.

- **20 de Junho de 2005 - António Francisco**, de 39 anos de idade, filho de Tibúrcio e de Perpétua Ntona, natural de Lico, Cacongo, foi ferido com arma de guerra nas costas e no cotovelo esquerdo por militares das FAA do Batalhão Semeone. O facto ocorreu cerca das 10:00 horas, na sua lavra. Os familiares de António Francisco levaram ao Paulo Jorge Aurélio, oficial de segurança militar do Batalhão Simeone, o relógio, a catana e as sandálias da vítima, abandonados na lavra.

Devido aos ferimentos, foi internado no hospital municipal de Lândana. Ali permaneceu algemado até ao dia 28, data em que foi levado à Direcção da Investigação Criminal e, uma vez mais, privado da assistência médica.

- **21 de Junho de 2005** - Pelas 14:05 horas, **Lourenço Chocolate**, de 20 anos de idade, filho de Alfredo Chocolate, natural de Cabinda e morador do bairro 1º de Maio, foi ferido na perna direita por um agente da Policia de Intervenção Rápida, por ocasião da repressão duma manifestação espontânea. Os manifestantes exigiam justiça para o Ivo Macaia e seus companheiros, presos em Agosto de 2004 sob a acusação de pertencerem a uma rede clandestina de apoio à guerrilha da FLEC. O seu julgamento começou naquele dia no Tribunal Provincial de Cabinda, tendo aparecido dois responsáveis do SINFO (Serviço de Informação) como assessores do Tribunal.

É de assinalar que o jovem Lourenço Chocolate, ferido a sangue frio, não participava na manifestação e estava a trabalhar no seu local de trabalho.

- **21 de Junho de 2005 - David Macaia**, de 31 anos de idade, filho de Paulo David e de Maria de Fátima, natural de Cabinda, morador na Rua de Macau, foi agredido com uma coronhada na cabeça e ferido por um agente da Policia de Intervenção Rápida, defronte à Cadeia Civil, no repressão da manifestação referida no caso anterior.

- **21 de Junho de 2005 - Damásio Mabilia Mambuco**, de 19 anos de idade, filho de José Mambuco e de Verónica Pemba, natural de Cabinda, morador do bairro Cabassango, foi torturado por agentes da Policia de Intervenção Rápida na oficina de mecânica onde trabalhava, defronte à Cadeia Civil, quando prestava os seus serviços debaixo de um carro.

- **21 de Junho de 2005 - Francisco Xavier Puna, Filipe Tomas, Joaquim Malonda Pambo, José Balo André, Romano Cuto Muaca, Primo Buiti, Cornélio Poba Mabilia, Augusto Félix Bungo Macaia, de 44 anos de idade, José Gime, André (Cabeça), Maria Engrácia, de 32 anos, Simba Eugénia, de 38 anos e Gertrudes de 35**, foram presos neste dia pelo facto de terem passado nas imediações do Tribunal quando se iniciava o julgamento de Ivo Macaia e seus companheiros. Permaneceram presos cerca de oito dias. Finalmente, levados a Tribunal e julgados em processo sumário, foram absolvidos e libertos, mandados em paz e liberdade.

- **1 de Julho de 2005** - Pelas 18:00 horas, **Casimiro Zau**, de 68 anos de idade, sua esposa **Maria Luceu Luvunu**, de 60 anos, **André Télica** e **José Sassa**, *todos* naturais de Cata-Chivava I e moradores na mesma aldeia, foram presos por militares das FAA, na sequência da passagem de dois guerrilheiros da FLEC àquela aldeia. Revistando a casa do casal, encontraram um saco de arroz e outros produtos, pelo que foram acusados de serem colaboradores da FLEC e que os alimentos encontrados se destinavam aos guerrilheiros. A velha **Luvunu** foi obrigada a carregar o saco de 50 quilos na cabeça até à unidade militar do Madoco, onde permaneceram presos. Dois dias depois, foram transferidos ao Buco-Zau, tendo-se depois perdido o seu paradeiro.

- **1 de Julho de 2005** - **Odília Bumba**, filha de Agostinho Buela e de Alfonsina Kessa, da aldeia de Conde-Li-Ntombo (Necuto), foi surpreendida na sua lavra por militares das FAA, do batalhão 115 (Necuto), então sob a chefia do comandante Tony, em diálogo com o seu marido, guerrilheiro da FLEC. Presa e espancada, foi levada à aldeia e apresentada à população para que esta aprovasse o seu fuzilamento.

Explicados os factos, pediu-se à população que desse o seu veredicto (ratificando o seu fuzilamento), mas esta guardou um silêncio sepulcral. A senhora foi levada à unidade militar.

No dia seguinte, foi vista com o **Coronel Lacrau**. Dirigiam-se para Mongo Dodo. Na regedoria de Mongo Dodo vigora uma *lei privada* segundo a qual quem colabora com a guerrilha é fuzilado. Por outro lado, as mulheres só podem ir às suas lavras às 3^{as} e 6^{as} feiras.

Dias depois, Odília foi levada à unidade militar de Buco-Zau, onde ficou presa durante 38 dias.

- **2 de Julho de 2005** - Neste dia, previa-se uma marcha, organizada pela coligação de associações e partidos políticos da *Campanha por uma Angola Democrática*, entretanto proibida pelo Governador Provincial de Cabinda. Pelas 13:00 horas, os jovens **Pedro Chimpolo**, **José Samuel** e **João Baptista** encontravam-se na rotunda Deolinda Rodrigues, no Bairro 1º de Maio, quando foram presos por agentes da Polícia Nacional e Polícia Militar, integrados numa força mista preparada para reprimir eventuais manifestantes (recalcitrantes).

Por se encontrarem no local previsto para o início da marcha e um deles envergar uma *T-shirt* com o logotipo da Associação Mpalabanda, os jovens foram considerados como recalcitrantes. Mas tratava-se apenas de cambistas informais que exerciam a sua actividade naquele local.

Levados para as celas, foram privados de água e comida de 2 a 4 de Julho e soltos sem julgamento às 15:00 horas.

- **2 de Julho de 2005** - Pelas 4:45 horas da madrugada, **António Barros Tunta (Loyd)**, de 37 anos de idade, filho de Domingos Tunta e de Teresa Vuma, natural de Mbaca (Cabinda), foi preso por dois agentes da Direcção de Investigação Criminal, acompanhados de elementos da Polícia Nacional afectos à Unidade Operativa; todos sob a chefia do investigador **Oliveira da Silva**.

Loyd era suspeito de conhecer uns indivíduos que tinham agredido um investigador e homem de informação secreta do governo. Levado à Investigação Criminal, foi interrogado e colocado numa cela de cerca de 6 metros quadrados, onde *jaziam* 9 presos. Na segunda-feira, 4 de Julho de 2005, pelas 12:30 horas, foi solto, mas obrigado a custear o tratamento do agredido.

- **9 de Julho de 2005** - Pelas 4:00 horas, **Júlio de Nascimento Paulo**, de 30 anos de idade, filho de Tomás Paulo e de Joana Simba, natural de Tando Zinze (Cabinda) e morador no bairro 1º de Maio, foi preso nessa madrugada, acusado de ser o líder dos manifestantes e dos indivíduos que espancaram o investigador e homem de informação secreta do governo, nos dias 21 e 28 do mês passado. Levado de imediato à Unidade da Polícia de Intervenção Rápida (UPIR), foi transferido à Investigação Criminal, às 6:45 horas, onde foi injuriado e apodado de «*Mpalabanda e FLEC de merda*», torturado e espancado, mandaram-lhe assinar uma declaração cujo teor compromete a Associação Mpalabanda. O investigador Oliveira da Silva que o interrogou com a pistola apontada ao nuque, pediu que o jovem pudesse colaborar com a segurança de Estado, fornecendo todo o tipo de informação em volta da Mpalabanda. Por ser deficiente físico, chamaram-no de paralítico de merda, repreendendo-o «*até tu, paralítico, te metes nestes problemas?*» Foi solto no dia 11, às 20:30 horas.

- **18 de Julho de 2005** – pelas 6:00 da manhã, **Dom Eugénio Dal Curso**, Bispo de Saurimo e Administrador Apostólico da Diocese de Cabinda, foi agredido por indivíduos até agora desconhecidos na paróquia da Imaculada Conceição, em Cabinda. Este acto bárbaro e de extrema violência atingiu de igual modo o pároco da mesma paróquia, Padre Jorge Casimiro Congo, que em companhia do Administrador Apostólico se preparava para a celebração eucarística.

Lembra-se que antes da moléstia de Dom Eugénio, várias cenas de violência contra enviados da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé) foram registadas. São dignas de registo a acção protagonizada na Sé-Catedral, no dia 22 de Fevereiro, contra o então Administrador Apostólico da Diocese de Cabinda, **Dom Damião Franklin**, arcebispo de Luanda e presidente da CEAST; e aquela ocorrida no Seminário Maior de Filosofia, que desonrou e ofendeu o Núncio Apostólico, **Dom Ângelo Beccio**; e a de 28 de Junho do mesmo ano, dirigida contra uma delegação episcopal constituída de **Dom Luís Scarpa**, bispo emérito de Ndalatando, **Dom Queirós**, arcebispo do Huambo, e **Dom Anastásio Kahango**, bispo auxiliar de Luanda.

As últimas individualidades sofreram ofensas verbais e ameaças à integridade física e moral.

- **18 de Julho de 2005, pelas 19 horas, António Casimiro**, de 29 anos de idade, **Rogério Ngumba**, de 32 anos de idade, **José Maimona**, de 31 anos de idade, activistas da Mpalabanda, foram presos na paragem do Yema e levados no Departamento Provincial da Investigação Criminal de Cabinda, sob acusação de serem os indivíduos que espancaram o Bispo Dom Eugénio Dal Corso. Estes enquanto detido não tiveram direito a água, alimentação nem ao quarto de banho, tendo autorizado este direito as 14 horas do dia 19 e libertos neste dia as 20h30min.

- **20 de Julho de 2005, Bartolomeu Iela António**, de 27 anos de idade; **Inácio Zacarias Mambo Muanda**, de 28 anos de idade, e **Francisco Zau Tati**, de 30 anos de idade, todos activistas de direitos humanos, foram presos por Oliveira da Silva, sem nenhum mandado, e encarcerados na Direcção Provincial de Investigação Criminal quando acompanharam **Bartolomeu Domingos Razão**, de 39 anos de idade, que fora convocado naquela Direcção.

Foram colocados em celas exíguas sem quaisquer condições higiénicas, onde defecavam, mijavam, dormiam e comiam. Permaneceram 14 dias naquelas condições indignas e desumanas, sem direito a receber visitas, tendo sido privados de alimentação durante 2 dias. Durante os interrogatórios, Oliveira da Silva perguntava-lhes pela Associação Mpalabanda, seus fins e seus projectos, insinuando que se tratava dum partido político.

Os detidos foram considerados como autores da agressão ao Bispo D. Eugénio dal Corso e mantidos sob prisão até ao dia 31 de Janeiro de 2006.

- **29 de Julho de 2005** - Pelas 4:00 horas da madrugada, **José das Neves Lanzi**, de 22 anos de idade, filho de Estêvão Lanzi Neves e de Celeste Chiunda, foi detido pelo inspector Bernardo, a mando do Intendente Oliveira da Silva, sob o pretexto de que era suspeito de ter participado na agressão ao Bispo D. Eugénio Dal Corso, Administrador Apostólico da Diocese de Cabinda.

Preso sem mandado de captura, foi levado à força (*manu militari*) à Direcção Provincial de Investigação criminal (DPIC), onde esteve cerca de uma semana numa cela exígua e sem condições higiénicas, mantido incomunicável.

- **8 de Agosto de 2005** - **José Bonito Capita**, de 53 anos de idade, presidente da Comissão Dinamizadora das Actividades Pastorais Paróquia da Imaculada Conceição, foi preso e encarcerado na Direcção Provincial da Investigação Criminal por Oliveira da Silva. Bonito Capita, sob o pretexto de ser o autor moral da agressão ao Bispo D. Eugénio Dal Corso. Esteve 10 dias numa

cela exígua sem condições, sem poder tomar banho nem mudar de roupa e ficou alguns dias sem comida nem água. Como os outros, foi solto a 31 de Janeiro de 2006.

- **10 de Agosto de 2005** - Pelas 17:00 horas, **Barnabé Paca Peso**, de 35 anos de idade, foi preso no seu local de trabalho pelo Investigador Oliveira da Silva, no âmbito da investigação aberta na sequência da agressão ao Bispo D. Eugénio Dal Corso, conduzido à Investigação Criminal, encarcerado até ao Domingo, 14 do mesmo mês, data em que foi solto por volta das 15:00 horas.

- **17 de Agosto de 2005 - Inácio Luemba**, natural de Buco Chivava (Buco-Zau), soba de Chionzo, ia à aldeia de Mbunda, à procura de medicamentos para o tratamento do seu filho quando foi surpreendido por militares das FAA no momento em que, depois de fazer as suas necessidades fisiológicas, retornava à estrada. *Então, senhor soba, está a sair donde?* – perguntaram-lhe num misto de surpresa e troça. Todas as explicações do mundo não puderam convencer os militares. Para eles, o soba acabara de se encontrar com guerrilheiros da FLEC.

Depois de espancado, foi levado à unidade militar e daí ao quartel do Comando da Zona Militar do Maiombe, sito na vila de Buço-Zau.

- **18 de Agosto de 2005 - Padre Jorge Casimiro Congo**, natural de Cacongo e pároco da Imaculada Conceição, da Diocese de Cabinda, tencionava deslocar-se a Ponta-Negra, na República do Congo-Brazzaville, onde desejava passar alguns dias.

Chegado ao posto fronteiriço de Massabi, foi impedido de atravessar a fronteira. Foi informado que, por ordens superiores, não podia ausentar-se porque corria um processo contra ele. Preso, as chaves do carro em que seguia foram *confiscadas* pela polícia. Em seguida, foi conduzido por pesada escolta policial até à Direcção Provincial de Investigação Criminal. Ali, o já célebre investigador Oliveira da Silva, notificou-o duma decisão do Procurador Provincial da República, entretanto feita apressada e desajeitadamente, que o interditava de se ausentar para o estrangeiro.

Ao princípio da noite, foi autorizado a regressar à sua paróquia.

- **19 de Agosto de 2005 - Geraldo Alexandre Martins**, de 29 anos de idade, natural de Conde Bumba (Vito), município de Buco Zau onde vive, filho de Alexandre Chinona e de Josefina Zau, foi preso por militares das FAA quando, ainda na mata, regressava à aldeia com dois animais que retirara das suas armadilhas.

O Geraldo era conhecido naquela aldeia como carpinteiro. Enquanto caminhava, soou um tiro de AKM. Sabendo que era ele o visado, e certo de que os atiradores o conheciam, o jovem gritou: - *«Não me matem, que sou eu*

o carpinteiro Geraldo!» Apanhado, foi amarrado, espancado e torturado, permanecendo durante dois dias na mata, na companhia dos militares.

Ao terceiro dia, foi levado à aldeia e mostrado aos seus familiares. O seu estado era tão lastimável que, ao vê-lo, os seus parentes levantaram um grande clamor! Em seguida, foi levado ao Comando de Buco-Zau, sem o conhecimento da família. Esta chegou a dá-lo como desaparecido involuntário.

Depois de pacientes e aturadas diligências, com o estímulo duma «*gasosa*» dada a um soldado do corpo da guarda do Comando da Zona Militar, a família obteve informações acerca do seu paradeiro: fora evacuado ao hospital. Com efeito, foi encontrado dias depois, no Hospital Militar de Cabinda.

- **22 de Agosto de 2005** - Na aldeia de Piandinge, **Adelina Bueia**, de 18 anos de idade, filha de Alexandre Luemba e de Helena Suami foi alvejada na perna direita com uma arma marca AKM por um militar das FAA. O militar estava embriagado e, de arma em riste, ameaçava matar, berrando: - «*Hoje vou matar alguém!*»

Perante a ameaça, os seus companheiros quiseram desarmá-lo, mas ele disparou. A bala perfurou a parede da palhota e atingiu a menina na perna.

- **23 de Agosto de 2005** - **André Tati Fiel**, solteiro, de 30 anos de idade, e seu irmão **Paulo Bitumba Fiel**, solteiro, de 17, filhos de Filipe Fiel e de Fumira Puna; **José Isaac Daniel Buiti**, menor de 10 anos de, e **Joel Isaac Buiti**, de 18, filhos de Daniel Buiti e de Regina Pemba; **Bernardo Conde**, solteiro, de 18 anos de idade, filho de Zacarias Baqui e de Ana Bueia; **Próspero Antonio B. Gimbe**, menor de 10 anos, filho de Próspero António Maria Gimbe e de Beatiz Bioco; **Pedro António**, de 18 anos, filho de Pedro Francisco António e de Maria Quissuca; **Mateus Edmundo Beua Mavungo**, solteiro, de 18 anos de idade, filho de Alberto Mavungo e de Catarina Beua, naturais de Bata Sano, Buco-Zau, foram limpar lavra de um dos seus amigos. Estavam a trabalhar normalmente, quando apareceu um grupo de militares das FAA. Um deles ordenou: -«*Parem de roçar e venham todos para aqui!*»

Depois de agrupados junto dos militares e de se informarem donde eram, foram apodados de FLEC e proibiram-lhes de aparecerem de novo por aquelas bandas. *Seja a primeira e última vez virem aqui. No dia que aparecerem mais aqui serão mortos*, - disse-lhes o capitão da unidade de Chionzo.

- **28 de Agosto de 2005** - **Tomás Massanga Macaia** (Papi), de 23 anos de idade, natural da Republica Democrática do Congo, filho de André Massanga e de Joana Ndembe, residente no Mbata Manga, foi preso pelas FAA que *vivem* nas matas do Missanga (Mbata Manga) por volta das 23:00 horas e levado na mata do Missanga. Papi foi espancado e torturado (colocando-lhe

achas de lenha acesas na boca. Depois de 4 dias de torturas e espancamentos, foi transferido para a prisão do Comando da Zona Militar Maiombe no Buco-Zau.

- **25 de Agosto de 2005** - Pelas 4:00 horas da madrugada, **João Conde**, de 30 anos de idade, foi preso por elementos da Polícia de Intervenção Rápida sob o pretexto de que participara na agressão ao Bispo D. Eugénio Dal Corso. Foi por eles espancado e conduzido à Direcção de Investigação Criminal com a cara entumecida e os olhos inflamados. Não teve direito à assistência médica nem mesmo quando esta foi reclamada, por carta, pelo presidente de Mpalabanda. Ficou 3 dias sem comer nem beber e 9 dias sem direito a receber visitas.

- **19 de Setembro de 2005** - Pelas 11:00 horas, **Afonso Lelo Bula**, solteiro, de 62 anos de idade, natural de Mamanha Ma Kala, filho de Anselmo Bula e de Esperança Baia; **Angelino Mabiala**, solteiro, de 56 anos, natural de Mamanha Ma Kala, filha de Afonso Lelo Bula e de Anastácia Ngoma; **Carolina Pemba**, de 33 anos, natural de Mbundo, filha de Paulo Muanda e de Carolina Pemba, acompanhada de seus filhos menores **Jujú**, de 5 meses, e **Paulo Muanda**, de 16 anos; **Felicidade Massiala**, de 43 anos, natural de Muanza, filha de João Nguma e de Celina Diala; **Albertina Pila**, de 45 anos, natural de Muanza, filha de Celestino Muela e de Inês Buanga; **Miguel Gai**, de 65 anos, filho de Ngimbi Ngoma e de Verónica Massevo; **Esperança Malonda**, solteira, de 27 anos, natural de Ncomo, filha de Afonso Lelo Bula e de Angelina Mabiala; **Albertina Ntumba**, solteira, de 49 anos, natural de Pene Cácata, e **Afonso Futi**, de 15 anos de idade, natural de Mbundo, filho de Luís Mbatchi e de Albertina Ntumba, todos residentes na aldeia de Mamanha Ma Kala, sob o pretexto de que eram colaboradores dos guerrilheiros da FLEC, aos quais dariam apoio logístico, foram presos na sua aldeia e levados para as áreas de Chillitos, onde permaneceram durante 2 dias, dormindo ao ar livre, em péssimas condições, junto às palhotas dos militares, servindo-lhes de escudos humanos. Depois foram levados à Administração Municipal de Buco-Zau e soltos na presença do Administrador Municipal. Este deu-lhes AKz 300,00 (cerca de USD 3,00) para comprarem comida e matarem a fome!

- **5 de Novembro de 2005** - **Anselmo Conde**, de 27 anos de idade, filho de Fernandes Nzau e de Sabina Kibinda, natural de Necuto, foi espancado e preso pelo investigador Oliveira da Silva, acompanhado por agentes da Polícia da Ordem Pública e de Intervenção Rápida, no Lucola, quando os activistas da Associação Cívica Mpalabanda se dirigiam à vila de Lândana (Cacongo), onde devia realizar-se uma palestra alusiva à ratificação do Tratado de Chinfuma. Anselmo Conde foi espancado com tamanha selvajaria que até perdeu os sentidos. Conduzido à Investigação Criminal, foi solto às 21:00 horas, tendo-lhe sido imposta a obrigação de se apresentar todos os dias ao investigador Oliveira da Silva.

- **5 de Novembro de 2005** - A Mpalabanda mobilizou uma caravana de mais de 500 indivíduos, entre os quais activistas da Mpalabanda e representantes de alguns partidos políticos como a **UNITA**, o **PRS** e o **PDP-ANA**. Ao chegarem ao Lucola, alguns automóveis que constituíam a caravana, foram presos pela Polícia Reguladora de Trânsito. Passado algum tempo, apareceu uma força mista composta de elementos das Polícias da Ordem Pública, Militar e de Intervenção Rápida que começaram a fazer disparos anárquicos contra civis indefesos. Capturaram alguns activistas de Mpalabanda, nomeadamente **Alexandre Fernandes**, **Afonso Manina Dembe**, **Justino Vuete** e **Maria Saco**, que foram conduzidos à Investigação Criminal, onde permaneceram até às 17:00 horas.

- **7 de Novembro de 2005** - Pelas 4:50 horas, **André Mavungo Luemba**, de 26 anos de idade, filho de André Luemba e de Helena Buzi, natural de Cabinda, activista de direitos humanos da Mpalabanda, foi preso na sua residência por cerca de 14 agentes de forças policiais mistas sob a chefia dos investigadores Bernardo e Custodio. Já sob detenção e àquela hora, sem qualquer mandado, procederam a buscas na residência e levaram uma câmara de filmar da mesma Associação, que se encontrava em sua posse.

Levado à Investigação Criminal, permaneceu lá até às 13:10 horas, à espera do Investigador Oliveira da Silva, que o interrogou. Era suspeito de ter filmado as façanhas protagonizadas pela polícia dias antes, no Lucola. Oliveira da Silva decidiu ficar com a máquina, que guarda até hoje.

- **10 de Dezembro de 2005** - **Alfredo Muanda**, natural de Micuma I (Buco-Zau), de 52 anos, foi encontrado por militares das FAA na sua lavra com as suas duas mulheres. Foi espancado e levado preso ao Comando da Zona Militar Maiombe, em Buco-Zau.

- **10 de Dezembro de 2005** - **Michel**, de 57 anos, natural de Micuma II, foi preso em sua casa por militares das FAA, espancado e utilizado por eles como guia dum patrulha nocturna. Durante a operação fracturou uma perna. Nem esse acidente impediu o seu encarceramento na prisão do Comando da Zona Militar Maiombe, no Buco-Zau.

- **10 de Dezembro de 2005** - Pelas 11:15 horas, 56 activistas de direitos humanos da Mpalabanda, repartidos em 4 grupos (4 viaturas), deslocaram-se da cidade de Cabinda para a vila de Lândana com o objectivo de organizarem uma palestra em celebração do Dia Universal dos Direitos Humanos. Os primeiros que chegaram a Lândana foram surpreendidos por uma força mista composta de elementos da Polícia da Ordem Pública, da Polícia Militar e da Polícia de Intervenção Rápida. Camuflados à entrada do desvio que conduz ao monumento comemorativo do Tratado de Chinfuma, irromperam de armas em riste, à chegada dos jovens. Depois de um breve diálogo, foram conduzidos ao Comando Municipal da Polícia Nacional.

O segundo grupo foi detido diante da Igreja paroquial de S. Tiago Maior de Lândana e, como o anterior, levado ao Comando da Polícia Nacional.

Quando todos chegaram ao Comando da Polícia, o responsável convidou os responsáveis da caravana para um diálogo. Estes acabariam por ser presos, embora não se tivessem identificado. Foram depois transportados a Cabinda e encarcerados na Direcção da Investigação Criminal. Trata-se de **Afonso Manina Dembe, Alexandre Fernandes, António Paca, Gerónimo Manguade Semedo, Mateus da Costa Bienga e João Pedro Sumbo.**

Por volta das 16:00 horas, os outros 50 membros da caravana foram autorizados a regressar a Cabinda. Estavam longe de imaginar que os outros tinham sido presos.

Dois dos detidos foram agredidos. Todos foram postos numa cela exígua e imunda, infestada de urinas e de fezes, privados de alimentação por cerca de 36 horas e do direito de receber visitas.

O facto mais caricato é que, 24 horas após a detenção, as autoridades policiais ignoravam ainda a identidade dos detidos, pois estes se recusavam a identificar-se.

A prisão prolongou-se até ao dia 19, data em que foram julgados em processo sumário. Só então ficaram a saber que eram acusados de desobediência, por tentativa de organização duma manifestação proibida pelo Governador Provincial.

Curiosamente, o despacho pelo qual o Governador, na sua *qualidade de garante da constituição*, proibia a realização da palestra, fora enviada às forças repressivas, mas não fora notificado aos organizadores do acto que, nos termos da lei vigente, se prevaleceram da aceitação tácita.

Feito o julgamento, os presos foram absolvidos e mandados em paz e liberdade. Findo o julgamento, cerca das 20:00 horas, os presos puderam por fim regressar às suas casas.

III

VIOLAÇÕES, CASAMENTOS FORÇADOS E ESCRAVIDÃO SEXUAL

- **2 de Março de 2005** - **Catarina Bumba Lau**, de 25 anos de idade, na altura mãe de três (3) filhos e grávida de três (3) meses, natural de Mongo-Conde (Belize) e residente na mesma aldeia, filha de Alberto Gimbi e de Antoaneta Lau, esposa do Francisco Kubequi Dundo, foi violada na sua lavra, pelo sargento das FAA Paulo Gabriel (Mavinga), chefe da posição do Ndoco II, adstrito ao batalhão Ngonga, localizado na aldeia do Nganda-Cango, chefiado pelo Major Calunga.

O sargento Mavinga apareceu sorrateiramente na lavra onde a vítima estava a trabalhar e, sob a ameaça duma arma do tipo AKM, coagiu-a a manter relações sexuais com ele, sob pena de morte. Depois de realizado o acto, disse-lhe que a mataria juntamente com o seu marido se o denunciasse.

- **8 de Junho de 2005 - Joana Dinis Malonda**, de 12 anos de idade, natural de Conde Malonda (Necuto), residente na aldeia do Vemba Siala, filha de Dinis Conde e de Cecília Mbunzi, foi violada por um militar das FAA de nome Rock, pertencente ao Batalhão 115, chefiado pelo comandante Manduma. O referido militar deparou-se com a menina entre as aldeias Conde-Malonda e Mbata Cata. Ameaçou-a com a sua arma, mas a menina não cedeu. Então, agarrou-a à força e, como quisesse resistir, esfaqueou-a num dedo e rasgou-lhe o biquini com a mesma baioneta. Em seguida, violou-a. Por fim, apoderou-se do dinheiro que a menina levava – AKZ 2.000 (cerca de USD 22). O dinheiro destinava-se à sua mãe, neo-parturiente.

- **16 de Agosto de 2005 - Albertina Mataia**, de 53 anos de idade, filha de André e de Gertrudes Conde, natural de Alzira da Fonseca, Buco-Zau, ia à sua lavra acompanhada dos seus filhos - **Lourenço Buiti (Guiano)**, de 7 anos de idade; **Alberto Macosso Goma**, de 9 anos de idade, **Pelágia Zuzi**, de 13 anos de idade, **Diniz Nilton Paulina Goma**, de 15 anos de idade e **Alberto Goma** 17 anos de idade – quando se deparou com um grupo de militares das FAA que os detiveram e os levaram consigo numa das matas do Buco-Zau, onde estavam em operações de contra-guerrilha. Lá encontraram outras mulheres que ela não conhecia. Permaneceram 4 dias no local. Ela e as outras mulheres que lá encontrou foram espancadas e violadas.

Havia lá também um civil que era vítima de espancamentos e torturas.

OUTRAS VIOLAÇÕES

- **11 de Agosto de 2005** - Pelas 19:00 horas, **Jean Pierre**, de 22 anos de idade, de natural do Congo Democrático, morreu na Cadeia Civil da Comarca de Cabinda, por falta de assistência.

O malgrado, recluso da Unidade Penitenciária do Iabi, cumprira a pena em que fora condenado. Por falta de meios para o pagamento do imposto de justiça e da multa, continuou preso. Tendo caído doente, no dia 6 foi transportado à Cadeia Civil, mas não lhe foi providenciada a assistência de que carecia. Ficou abandonado à sua sorte, até que morreu só e abandonado de todos.

O defunto foi enterrado longe dos seus.

- **1 de Outubro de 2005**, a equipa de futebol 11, **Estrelas da Mpalabanda**, venceu o Gira-bairro denominado “Taça do Presidente”. O prémio previsto em todas as províncias para a equipa campeã era um valor monetário de Três mil dólares norte-americanos (**USD 3000**). Entretanto, em Cabinda, as Estrelas da Mpalabanda não usufruíram desse prémio por mero capricho dos organizadores que nem nestes casos conseguem esconder a sua antipatia em relação aos membros da MACC.

IV VIOLAÇÃO DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em Cabinda, após a criação da Associação Cívica Mpalabanda, duas constantes têm caracterizado a postura do Governo em relação à liberdade de associação.

Por um lado, impede a realização de quaisquer actividades fora da cidade de Cabinda. Todas as vezes que a Associação tentou organizar actividades fora da sede, estas foram impedidas: É o que se registou no Bucozau, em 2004, e se repetiu em Lânadana, em 2005.

Por outro lado, impede ou dificulta a criação de novas associações. Em violação flagrante da lei, o Governo Provincial de Cabinda exige que os fundadores duma associação submetam os seus estatutos à sua aprovação, através do seu Gabinete Jurídico.

Só as associações aprovadas – em função do perfil dos seus membros, que devem passar pelo crivo de várias individualidades e serviços e serem aprovados de acordo com os critérios da docilidade e colaboracionismo em relação ao Governo – recebem o aval que lhes permite celebrar a escritura pública de constituição.

Neste momento, várias associações estão pendentes da obtenção dessa autorização há vários meses. Sabe-se, por exemplo, que uma associação de pescadores aguarda por esse documento desde o passado mês de Agosto. O seu pedido, entregue no Gabinete Jurídico, foi por este encaminhado ao SINFO (Serviço de Informações) em Setembro, e este ainda não deu nenhum sinal. Por isso, a associação não pode constituir-se.

A lei em vigor institui um regime bastante liberal, mas o Governo Provincial, que se coloca acima da lei, exige condições não previstas na referida lei, que o Governador pretende aplicar e garantir!

V

VIOLAÇÃO DO DIREITO DE INFORMAÇÃO

O direito de informação é sistematicamente violado em Cabinda. Os órgãos de comunicação social não só mantêm um silêncio deliberado diante de vários acontecimentos de interesse público como também desinformam a opinião pública. Estes órgãos estão inteiramente ao serviço do regime e funcionam como caixa de ressonância da propaganda do governo. O facto de não haver em Cabinda uma imprensa privada e independente deixa as populações sem a alternativa de uma informação isenta e credível. As matérias noticiosas relativas aos acontecimentos sociais, políticos, culturais e religiosos do Enclave passam por vezes em órgãos de imprensa sediados em Luanda, como é o caso da Rádio Ecclesia, da LAC e dos jornais independentes. Em Cabinda ninguém escuta tais emissões e são poucos os que conseguem ter em mãos os hebdomadários capitalinos. Por conseguinte, os cidadãos de Cabinda estão numa situação de penúria informativa quer quantitativamente quer qualitativamente.

A Mpalabanda-ACC não tem espaço nem mesmo para os seus comunicados de utilidade pública nos órgãos locais. Nenhuma actividade cívica da MACC tem merecido a atenção e a cobertura da rádio, por interferência do SINFO. Os quadros locais conotados com a MACC, mesmo sendo notáveis líderes de opinião, nunca são convidados para os debates sobre questões de interesse local ou nacional por suspeição às suas idéias não muito ortodoxas.

Essas atitudes violam flagrantemente o direito de informar e estar informado.

VI

INTOLERÂNCIA POLÍTICA E INTIMIDAÇÕES

O protagonismo da Mpalabanda nos últimos tempos tem sido combatido, ora veladamente ora abertamente, pelo poder político local e pelos órgãos de defesa e segurança. Com efeito, os líderes da Associação tornaram-se alvos preferenciais do SINFO e das forças militares e para-militares. As movimentações destes são normalmente seguidas e as respectivas residências são vigiadas.

VII

VIOLAÇÃO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO

2 de Julho de 2005 - Contrariamente ao que aconteceu noutros cantos de Angola, em Cabinda, por duas vezes foi inviabilizada a Campanha por uma Angola Democrática promovida pelos Partidos políticos da oposição civil com a colaboração da MACC. O objectivo da marcha era apoiar a marcação das eleições para o ano 2006, protestar contra a corrupção e clamar pelo diálogo para o caso Cabinda. Por simples atitude de prepotência, o governo local exarou um despacho totalmente inconstitucional onde proibia a manifestação quando tudo já estava preparado para o evento. As forças policiais foram logo mobilizadas, como de costume, para o uso da força em caso de desobediência. O pior foi evitado pelo bom senso da direcção da MACC que decidiu retroceder.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos o presente relatório que intitulamos **CABINDA, ENTRE A VERDADE E A MANIPULAÇÃO**, pretendemos manifestar o nosso profundo agradecimento aos nossos incansáveis jovens activistas que com tantos sacrifícios e riscos tornaram possível este trabalho que temos agora o privilégio de publicar; agradecemos de igual modo às vítimas e testemunhas que colaboraram activamente na denúncia dos casos aqui retratados; nossos agradecimentos igualmente à Open Society que apoiou material e financeiramente a divulgação do presente relatório. Ao terminar fazemos um voto para que o ano em curso tenha muito menos incidências de género e traga finalmente a paz e a tranquilidade para as populações de Cabinda.